



# PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO

PRACA BARAO DO RIO BRANCO, 01

CENTRO

JUAZEIRO - BA

## SECR. DE DESENVOLVIM. SOCIAL, MULHER E DIVERSIDADE

### PROJETO BÁSICO 55 / 2024

#### 1.0 OBJETO.

O objeto da presente licitação é a Contratação de EMPRESA DE ENGENHARIA PARA REFORMA E/OU ADAPTAÇÕES DE 05 (CINCO) UNIDADES HABITACIONAIS CONTEMPLADAS PELO PROGRAMA HUMANIZAR, conforme descritos em Termo de Referência, inclusive com a emissão de ART's – Anotações de Responsabilidade Técnica, e serviços de engenharia de interesse da Prefeitura Municipal de Juazeiro-BA, com execução por regime de empreitada por preço unitário.

#### 2.0 JUSTIFICATIVA.

Em termos cronológicos, a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CDPD) foi o primeiro tratado internacional de direitos humanos aprovado pelo Congresso Nacional conforme o procedimento qualificado do § 3º do art. 5º da Constituição Federal (promulgado pelo Decreto 6.949/2009 e em vigor no plano interno desde 25/8/2009). Assim, a CDPD estabeleceu-se como o primeiro tratado de consenso universal que concretamente especifica os direitos das pessoas com deficiência pelo viés dos direitos humanos, adotando um modelo social de deficiência que importa em um giro transcendente na sua condição. Através desse modelo, a deficiência não pode se justificar pelas limitações pessoais decorrentes de uma patologia, redirecionando-se o problema para o cenário social, que gera entraves, exclui e discrimina, sendo necessária uma estratégia social que promova o pleno desenvolvimento da pessoa com deficiência.

Para tanto, em 7 de julho de 2015 foi publicada a Lei Federal 13.146/2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, tal jurisdição vai no sentido personalista da CDPD. Em seu artigo 2º, conceitua a pessoa com deficiência como aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. Nesse sentido, a deficiência como gênero engloba todas as pessoas que possuam uma menor valia na capacidade física, psíquica ou sensorial – independentemente de sua gradação, sendo bastante uma especial dificuldade para satisfazer as necessidades normais, possuindo, o deficiente, o direito de desfrutar plenamente dos direitos civis, patrimoniais e existenciais.

Consoante preconizado o art. 8º da Lei Federal nº 13.146, que estabelece como dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à [...], à saúde, [...], à habitação, [...], à acessibilidade, [...], ao lazer, [...], à dignidade, [...], à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico, a Prefeitura Municipal de Juazeiro instituiu a Lei Municipal nº 2.686/2017, e através do edital Nº 01/2020 e decreto Nº964, de Julho de 2017 apresentou os critérios de implantação do "Programa Humanizar: Unificando Trabalho, Sensibilidade, Moradia e Dignidade", tendo o programa como objetivo principal reformar e adaptar a unidade residencial de portadores de deficiência, em especial aquelas que fazem uso de cadeira de rodas, sejam portadoras de deficiência visual ou tenham mobilidade reduzida no município de Juazeiro-BA, desde que:

- I. Seja proprietário, possuidor ou detentor de imóvel residencial, excluído o ocupante de imóveis cedidos ou alugados;
- II. Encontrem-se registradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal mantido pela Secretaria de Desenvolvimento Social, Mulher e Diversidade;
- III. Sejam assistidas pelo Programa de Atenção Integral às famílias (PAIF), através dos Centros de Referência e Assistência Social (CRAS);
- IV. Integrem grupo familiar renda mensal igual ou inferior a (02) salários mínimos.;

Os habilitados poderão ser contemplados com reformas e adaptação do imóvel residencial no valor de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), conforme serviços de acessibilidade e requalificação descritos no plano de trabalho elaborado pelo setor competente

A partir da seleção dos candidatos aos benefícios do Programa Humanizar, que obedeceu aos critérios estabelecidos no Edital de Seleção Pública promovido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Mulher e Diversidade, foram habilitados no programa as pessoas descritas abaixo na tabela 01.

Tabela 01 \_ Lista de Habilitados no Programa Humanizar

#### Nº BENEFICIÁDOS

- 1 ADRYAN MIGUEL SILVA DE SENA
- 2 ANDRE RODRIGUES DE BRITO
- 3 ARGEMIRO GRIGÓRIO DA SILVA
- 4 DOMINGOS DOS SANTOS
- 5 EDUARDO EMANOEL SOARES DA SILVA
- 6 ELLEN GREICE RODRIGUES DO NASCIMENTO CARVALHO SOUZA

- 7 EURIDES DIAS FEITOSA
- 8 EUZINALVA ALVES DA SILVA FEITOSA
- 9 GIRLENE NERY SANTIAGO
- 10 JHONNY KAYRON LEITE DA SILVA
- 11 JOSÉ VALDIR DO NASCIMENTO SOUZA
- 12 JUCIELE ARAUJO DA SILVA
- 13 LORENNNA EMANUELLY DE SOUZA CRUZ

14 MARIA IVANEIDE DA SILVA NORONHA MARIANO  
15 OCTACILIA DE OLIVEIRA SANTOS  
16 OSMAR LEITE DE ANDRADE  
17 PEDRO MIGUEL SILVA PINHEIRO  
18 RAIMUNDO SANTANA DOS SANTOS  
19 CARLOS ALBERTO PINHEIRO FREITAS

Dentre os contemplados acima, houveram óbitos dos seguintes candidatos:

1. DOMINGOS DOS SANTOS
2. RAIMUNDO SANTANA DOS SANTOS

Tendo assim, por consequência, a inviabilização das reformas e adaptações, além da desclassificação dos mesmos no Programa Humanizar.

O contemplado EDUARDO EMANOEL SOARES DA SILVA, foi desabilitado, pois, não se encaixou nos requisitos exigidos em edital.

O contemplado CARLOS ALBERTO PINHEIRO FREITAS, foi desabilitado devido ao óbito da sua responsável legal.

Nesse primeiro momento serão executadas 05 (cinco) reformas e adaptações, das pessoas relacionadas abaixo na tabela 02.

Tabela 02 - Relação das 05 (cinco) reformas e adaptações

Nº BENEFICIÁRIO

- 1 OCTACILIA DE OLIVEIRA SANTOS
- 2 ANDRE RODRIGUES DE BRITO
- 3 EURIDES DIAS FEITOSA
- 4 MARIA IVANEIDE DA SILVA NORONHA MARIANO
- 5 ARGEMIRO GRIGÓRIO DA SILVA

### 3.0 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.

3.1- A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2024.

### 4.0 PRAZO DE CONTRATAÇÃO E DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

4.1 – O contrato e a prestação dos serviços para execução do objeto deste certame terão a vigência pelo prazo de 06 (seis) meses, a partir da data da assinatura da Ordem de Serviço, podendo ter seu prazo prorrogado ou ser rescindido, se assim for, da vontade das partes, na conformidade do estabelecido na Lei nº 14.133/16 e alterações posteriores.

### 5.0 DOTAÇÃO ORÇAMENTO.

Os recursos financeiros para pagamento das despesas decorrentes do presente Certame serão provenientes da seguinte

Dotação Orçamentária:

Órgão: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, MULHER E DIVERSIDADE

Unidade Orçamentária: 1002

Função Programática: 08.244.013.2134 Elemento de Despesa: 4.4.90.51.0000 Fonte: 15000

### 6.0 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E TÉCNICA.

6.1 – Comprovação de Capital Social integralizado, através de contrato social registrado na Junta Comercial, igual ou superior a 10% (dez por cento), do valor estimado da contratação.

6.2 – Balanço Patrimonial do último exercício social já exigível e apresentado na forma da lei, registrado na Junta Comercial, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta;

6.3 – Demonstrações contábeis que atestem a boa situação financeira da empresa;

6.4 – Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

6.5 – Declaração do responsável técnico, se comprometendo a executar o objeto deste edital, na conformidade do ali exigido;

6.6 – Certidão de Registro e Quitação da Anuidade da empresa licitante e do(s) responsável(eis) técnico(s) no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA na unidade da federação da sede da empresa, até a data de início da obra, caso a empresa se consagre vencedora.

6.7 – Comprovação de a licitante possuir, em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissionais de nível superior detentor(es) de Atestado de Responsabilidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado(s) do(s) CAT(s) emitido(s) pelo CREA, que demonstre(m) possuir o(s) referido(s) profissionais com experiência comprovada na execução dos serviços adiante relacionados:

a) Massa única, para recebimento de pintura, em argamassa traço 1:2:8, preparo manual aplicada manualmente em faces

internas de paredes, espessura de 20mm, com execução de taliscas. AF\_06/2014.

b) Forro em placas de gesso, pra ambientes residenciais. AF\_08/2023\_PS;

c) Revestimento cerâmico para piso com placas tipo esmaltada extra de dimensões 35x35cm aplicada em ambientes de área entre 5 m2 e 10 m2. AF\_02/2023\_PE

d) Revestimento cerâmico para piso com placas tipo esmaltada extra de dimensões 35x35cm aplicada em ambientes de área maior que 10 m2. AF\_02/2023\_PE

6.8 – Comprovação da licitante (empresa participante), de possuir na data prevista para entrega dos documentos de habilitação, atestados de aptidão para desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação, em características, quantidades e prazos, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrado na entidade profissional competente (CREA), obedecendo, para as parcelas de maior relevância, os quantitativos a seguir:

a) Massa única, para recebimento de pintura, em argamassa traço 1:2:8, preparo manual aplicada manualmente em faces internas de paredes, espessura de 20mm, com execução de taliscas. AF\_06/2014 > 204,51 m²;

b) Forro em placas de gesso, pra ambientes residenciais. AF\_08/2023\_PS > 140,21 m²;

c) Revestimento cerâmico para piso com placas tipo esmaltada extra de dimensões 35x35cm aplicada em ambientes de área entre 5 m2 e 10 m2. AF\_02/2023\_PE > 124,39 m²;

d) Revestimento cerâmico para piso com placas tipo esmaltada extra de dimensões 35x35cm aplicada em ambientes de área maior que 10 m2. AF\_02/2023\_PE > 127,21 m².

6.9 - O licitante deverá apresentar atestado de visita técnica, fornecido pela Secretaria de Desenvolvimento Social, Mulher e Diversidade em nome do licitante, informando que a empresa, através de seu responsável técnico, visitou os locais onde serão executados os serviços, tomando conhecimento de todos os aspectos físicos que possam influir direta ou indiretamente na execução dos mesmos. A visita técnica deverá ocorrer até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data marcada para a abertura dos envelopes. A visita técnica deverá ser agendada com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, no gabinete da Secretaria (Av. Carmela Dutra, Centro, Juazeiro/BA, CEP 48.903-530) ou pelo telefone (74) 3612-3050.

6.10 – Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, mediante documento firmado pelo interessado ou seu representante legal, em que declare, sob as penas da lei, que não emprega mão-de-obra que constitua violação ao disposto naquele preceito constitucional.

6.11 - Relação da equipe técnica que se responsabilizará pelas obras, acompanhada de sua qualificação. O interessado deverá relacionar a equipe técnica que se responsabilizará pelas obras, na qual deverá constar, obrigatoriamente, o profissional(is) detentor(es) de atestados de comprovação da capacidade técnica exigidos, composta por profissional(is) de nível superior com habilitação específica e compatível com o objeto da licitação.

OBS: Na relação o interessado deverá declarar, de modo expresso, a disponibilidade do(s) profissional(is) indicado(s), sob as penas da Lei.

6.12 – Cópia do comprovante de prestação da garantia para licitar, correspondente a 1,0% do valor estimado da contratação, que será prestada em moeda corrente nacional, Fiança Bancária ou Seguro Garantia, mediante Guia de Depósito expedida pela Secretaria da Fazenda e que será restituída conforme no Diário Oficial. A cópia do comprovante deverá ser apresentada à comissão de licitação até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data marcada para a abertura dos envelopes.

6.13 – A garantia deverá ter prazo de validade no mínimo de 60 (Sessenta) dias corridos, contados a partir da data prevista para a Sessão de Recebimento das Propostas.

6.14 - Para fiscalização do contrato deve ser designado servidor, engenheiro civil, da Prefeitura Municipal de Juazeiro-Ba.

## 7.0 ORÇAMENTOS DOS SERVIÇOS.

7.1 - O valor estimado da contratação é de R\$ 213.263,68 (Duzentos e treze mil, duzentos e sessenta e três reais e sessenta e oito centavos), sendo este o preço máximo admissível pela Prefeitura Municipal de Juazeiro-BA, devendo ser desclassificada a licitante que não observar este limite.

7.2 - Deverá juntar com a "PROPOSTA DE PREÇOS", no respectivo envelope, a Planilha de Orçamento integrante deste Edital, impressa pelo licitante em papel ofício, com os valores unitários e totais da proponente, composto por 02 casas decimais, sem fórmulas, de forma que o preço total seja o produto entre o quantitativo e o preço unitário proposto.

OBS: Não será admitida a alteração das quantidades dos serviços previstos na planilha orçamentária.

7.3 – O detalhamento do custo unitário do serviço deverá expressar a descrição, quantidades, produtividades e custos unitários dos materiais, mão de obra e equipamentos necessários à execução de uma unidade de medida de preço do Edital. Em relação ao BDI, deve-se seguir a seguinte Orientação Normativa:

"ORIENTAÇÃO NORMATIVA CJU-MG Nº 15, DE 17 DE MARÇO DE 2009

(Revisada em 17/09/2012 e em 28/07/2014):

BDI (ou LDI) - CONCEITO - OBRIGATORIEDADE DE PREVISÃO E DETALHAMENTO DO PERCENTUAL DE BDI. OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL. FORMA DE CÁLCULO.

1. O BDI (percentual de Benefícios e Despesas Indiretas), também denominado LDI (taxa de Lucro e Despesas Indiretas), corresponde a um percentual que incide sobre o custo global direto da obra ou serviço de engenharia do ramo da construção civil e se compõe do lucro da empresa contratada e das despesas indiretas, que afetam o custo da obra ou serviço, mas não conseguem ser identificadas como itens autônomos do orçamento elaborado.

2. É obrigatória a previsão do percentual de BDI e o detalhamento de sua composição e dos respectivos percentuais praticados tanto nos orçamentos elaborados pela Administração quanto nas propostas apresentadas pelos licitantes para a contratação de obras e serviços de engenharia ligados ao ramo da construção civil (vide Súmula/TCU n. 258/2010). Cabe ao Setor Técnico do órgão verificar se o serviço é ligado ao ramo da construção civil de forma a ser cabível a previsão de BDI.

3. O BDI deverá ter em sua composição, no mínimo (Art. 9º - Decreto 7983/13):

I - Taxa de rateio da administração central (§§114 a 127 - Ac. 2369/11 - TCU/Plenário);

II - Percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço, excluídos aqueles de natureza direta e personalista que oneram o contratado (§§156 a 176 - Ac. 2369/11 - TCU/Plenário);

III - Taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento (§§142 a 154 - Ac. 2369/11 - TCU/Plenário);

IV - Taxa de lucro (§§177 a 191 - Ac. 2369/11 - TCU/Plenário);

3.1 A inclusão de "despesas financeiras" na composição do BDI deve observar o disposto nos §§128 a 141 do Acórdão

2369/2011 - TCU/Plenário)

4. Não devem ser repassados a contratante, seja através do BDI ou da planilha orçamentária de custo direto:

4.1 Os tributos IRPJ e CSLL (Súmula/TCU n. 254/2010) - Vide item 2.4.2 do Acórdão 2622/2013 - TCU-Plenário.

4.2 Os tributos ICMS e o IPI (pois incidem sobre os preços dos materiais).

5. Não podem compor o BDI, mas apenas a planilha orçamentária de custos diretos, conforme o caso, as despesas com (item 2.4 do Acórdão 2622/2013 - TCU- Plenário):

5.1 Administração Local e os encargos a ela inerentes, Instalação de Canteiro e Acampamento e Mobilização e Desmobilização (devem ser detalhadas adequadamente e devidamente motivadas) - Vide item 2.4.1 do Acórdão 2622/2013 - TCU-Plenário;

5.2 Ferramentas e equipamentos de qualquer natureza necessários para a execução das obras;

5.3 Licenças, taxas e emolumentos incorridos na aprovação de projetos, expedição de Alvará de Construção, expedição de Carta de Habite-se, Registros Cartoriais ou outros valores pagos aos diversos órgãos envolvidos no processo de implantação da obra (prefeitura, órgão de fiscalização, concessionárias de serviços públicos, Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, entre outros);

5.4 Encargos sociais, que devem compor os custos de mão-de-obra (§§22 Ac. 2369/11 TCU-Plenário);

5.5 Despesas com saúde, medicina e segurança no trabalho, necessárias à prevenção e manutenção da saúde dos recursos humanos necessários à execução dos serviços, previstos nos custos de Administração local;

5.6 Despesas com medidas mitigadoras de danos ambientais decorrentes da obra;

5.7 Outras despesas decorrentes da execução das obras e não incluídas nas composições unitárias, as quais deverão estar detalhadas na planilha.

6. O cálculo do BDI deve levar em conta o art. 9º do Decreto 7.983/2013 e os entendimentos firmados no Acórdão nº 2622/2013 do Plenário do TCU.

7. É vedada expressamente a inclusão de IRPJ, CSLL, ICMS e IPI no BDI. Referências:

Decreto 7.983/2013 - art. 9º (elementos do BDI) Acórdão nº 2622/2013 - TCU - Plenário Acórdão nº 2369/2011 - TCU - Plenário Parecer Nº 968/2012/CJU-MG/CGU/AGU;

Art. 6º, inciso IX, alínea "f" e o art. 7º, §2º, inciso II, da Lei nº 8.666/93; Súmulas/TCU ns. 253, 254 e 258/2010."

7.4 - Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos. Lei Federal nº 14.133/21 (art. 90, § 3º).

7.5 - Cada Licitante só poderá apresentar uma única Proposta de Preços que deverá ser atualizada até a data de apresentação da proposta.

7.6 - Eventuais aditamentos ou supressões deverão observar a proporcionalidade do orçamento previsto pelo órgão.

7.7 - A apresentação da Proposta implica na aceitação tácita de todas as cláusulas deste Edital.

## **8.0 CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO.**

8.1 - O pagamento pela execução dos serviços objeto deste termo, será efetuado conforme medição mensal em até o 30º (trigésimo) dia útil do mês subsequente a execução dos serviços, através de transferência bancária para a conta corrente da empresa contratada, mediante apresentação da nota fiscal/fatura acompanhada do boletim de medições aprovados pela fiscalização do município.

## **9.0 OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA.**

9.1 - Efetuar a prestação de serviços de acordo com as especificações, condições e prazos propostos neste termo, Planilha Orçamentária, e Memorial Descritivo;

9.2 - Disponibilizar todo o material, equipamentos e mão de obra necessários à execução dos serviços;

9.3 - Os serviços não poderão ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte;

d) conduzir os serviços em estrita observância das normas das legislações federal, estadual e municipal, cumprindo as determinações dos poderes públicos, mantendo o local dos serviços nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

## **10.0 DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO.**

10.1 - Pagar, na forma avençada, a importância estipulada no contrato;

10.2 - Fiscalizar a execução dos serviços e exigir o fiel cumprimento do avençado;

10.3 - Notificar a contratada, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;

10.4 - Designar servidor para fiscalização do contrato.

## **11.0 GESTÃO DO CONTRATO.**

11.1 - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV)

11.2 - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquela que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

11.3 - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho, despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no

relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

11.4 - O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

11.5 - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

11.6 - O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

11.7 - O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 12.0 DA FISCALIZAÇÃO.

12.1 – Fica expressamente consignado que a fiscalização da execução do objeto do contrato estará a cargo do engenheiro civil do município, com o poder de solicitar, receber ou rejeitar o fornecimento realizado;

12.2 – A fiscalização, em nenhuma hipótese, eximirá a contratada das responsabilidades contratuais e legais;

12.3 – Doravante fica designada a senhora MARIA LUIZA DE LUNA FREIRE, portadora do CPF nº 012.090.935-96 como fiscal do contrato.

## 13.0 VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO.

### UNICO

Item	Produto	Qtd.	Per	Valor	U.M	Total
1	702900014 - Contratação de EMPRESA DE ENGENHARIA PARA REFORMA E/OU ADAPTAÇÕES DE 05 (CINCO) UNIDADES HABITACIONAIS CONTEMPLADAS PELO PROGRAMA HUMANIZAR, conforme descritos em Termo de Referência, inclusive com a emissão de ART s Anotações de Responsabilidade Técnica, e serviços de engenharia de interesse da Prefeitura Municipal de Juazeiro-BA	1	1	R\$ 213.263,68	UND	R\$ 213.263,68

#### Descrição:

Contratação de EMPRESA DE ENGENHARIA PARA REFORMA E/OU ADAPTAÇÕES DE 05 (CINCO) UNIDADES HABITACIONAIS CONTEMPLADAS PELO PROGRAMA HUMANIZAR, conforme descritos em Termo de Referência, inclusive com a emissão de ART's ? Anotações de Responsabilidade Técnica, e serviços de engenharia de interesse da Prefeitura Municipal de Juazeiro-BA

**Total geral dos Itens: R\$ 213.263,68**

#### Tramitação do processo

#### Contabilidade / planejamento / saldo orçamentário

( ) certifico a existência de dotação orçamentária para cobertura da despesa.

( ) não existe dotação orçamentária suficiente para cobertura da despesa.

Responsável: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

#### Setor financeiro

( ) certifico a existência de recurso financeiro para realização da despesa.

( ) não existe recurso financeiro para realização da despesa.

Responsável: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

#### Comissão específica

Após análise do processo em questão, concluímos por:

( ) aprovar a solicitações realizadas neste processo.

( ) embargo pelo motivo:

Responsável: \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

#### Despacho final

Face ao exposto anteriormente:

( ) autorizo abertura do processo licitatório, observadas as determinações legais.

( ) embargo pelo motivo: \_\_\_\_\_ aos setores competentes para as devidas providências e registros.

Juazeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**NADJA SUELI DIAS MEDRADO GONÇALVES**  
**Secretária de Desenvolvimento Social, Mulher e Diversidade**

Assinado por 1 pessoa: NADJA SUELI DIAS MEDRADO GONÇALVES  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://juazeiro.1doc.com.br/verificacao/020F-5976-FF21-7887> e informe o código 020F-5976-FF21-7887







## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 020F-5976-FF21-7887

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



NADJA SUELI DIAS MEDRADO GONÇALVES (CPF 971.XXX.XXX-49) em 10/06/2024 11:01:53  
(GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://juazeiro.1doc.com.br/verificacao/020F-5976-FF21-7887>